

Relatório de Administração

Prezados clientes, parceiros e acionistas,

O Banco Triângulo S.A. - Tribanco apresenta seu Relatório de Administração e Demonstrações Contábeis relativas ao primeiro semestre de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

O Tribanco é uma instituição que faz parte do Sistema Martins - SIM -, e que atua há 28 anos fornecendo linhas de crédito, soluções financeiras e de gestão, serviços, meios de pagamento e seguros para os pequenos e médio varejistas, permitindo que eles desenvolvam seus negócios de maneira sustentável e perene.

Os serviços prestados pelo Tribanco estendem-se à toda a cadeia de valor, de fornecedores e varejistas a consumidores finais. As empresas Tribanco - que englobam Tricard, Tripag e Triseg - estão presentes em todos os Estados e em mais de 60% dos municípios brasileiros e atendem a 36 mil clientes.

Resultados

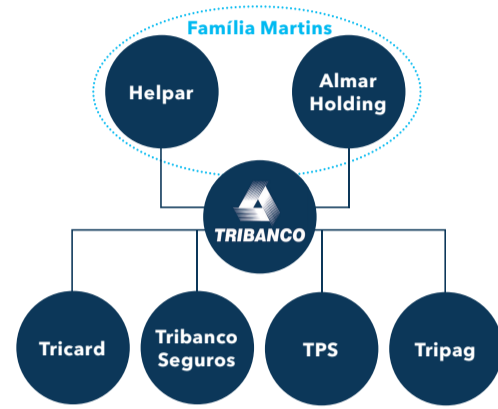
No primeiro semestre de 2018 o Tribanco registrou um lucro líquido de R\$ 25,1 milhões, valor que ficou dentro da expectativa para o período, em função da maximização do volume de investimentos estruturantes. Embora o volume de negócios tenha crescido e investimentos tenham sido realizados no período, o resultado da intermediação financeira foi afetado pela não realização de algumas receitas e, principalmente, pelo aumento da inadimplência. É importante destacar a forte expansão da base de clientes, que teve 17% de crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior, decorrente da estratégia de atuação pulverizada em multicanais.

A carteira de crédito cresceu 15%, a captação teve aumento de 41% e o número de cartões ativos ficou 7% maior. Nos ativos totais, o crescimento foi de 28% e o patrimônio líquido registrado foi de R\$ 442 milhões. Os Ratings Nacionais Longo e de Curto Prazos emitidos pela Fitch Ratings seguiram com a nota A (BRA). Esses resultados são fruto de uma expansão planejada e projetada e que teve como base a estabilidade em que o Tribanco está fundamentado e a solidez e responsabilidade com a qual conduz seus negócios.

O Tribanco segue tendo como sua principal área de atuação o foco em ser a melhor opção em soluções financeiras para os pequenos e médios varejistas, mas está pronto para atender também aos clientes pessoa física que fazem parte das comunidades em que estão inseridos estes varejistas. Os funcionários e clientes dos varejistas atendidos, bem como os moradores dessas comunidades - sejam eles pessoa física ou profissionais autônomos pessoa jurídica - são clientes em potencial e poderão contar com uma conta-corrente, crédito e demais produtos e soluções financeiras oferecidas pelas empresas coligadas Tribanco.

O Tribanco Digital segue oferecendo soluções financeiras ao pequeno e médio varejista, soluções de proteção para o patrimônio e os ativos e soluções de crédito aos consumidores, que agora passam a ter também meios para realizar transações financeiras.

Estrutura Acionária e Governança Corporativa



O Tribanco consolida suas diretrizes de governança em um Plano de Governança Corporativa aprovado e revisado regularmente pelo Conselho de Administração. O sistema de Governança Corporativa do Tribanco busca preservar a agenda corporativa de longo prazo, sem prejudicar o atingimento dos objetivos e metas de curto e médio prazos. As estratégias de negócios são elaboradas pelo Conselho de Administração em conjunto com a Diretoria, buscando sempre o equilíbrio entre a sustentabilidade dos negócios e os resultados de curto prazo.

O monitoramento da execução da estratégia é tarefa dos Comitês de Assessoramento do Conselho, que, divididos por tema, dão suporte, monitoram e participam de todos os desdobramentos do Plano Estratégico. No 1º semestre de 2018, o Conselho de Administração foi assessorado por quatro Comitês. Foram eles: "Auditoria e Compliance", "Finanças e Riscos", "Pessoas, Gestão e Governança" e "Estratégia, Inovação e Sustentabilidade". Os Comitês são coordenados por membros do Conselho de Administração, com exceção do Comitê de Auditoria e Compliance, cuja coordenação compete a um especialista na matéria.

Após um bem-sucedido ciclo de investimento, o Tribanco optou por exercer o direito de recomprar as ações detidas pelo International Finance Corporation - IFC, braço financeiro do Banco Mundial. A operação foi finalizada em maio de 2018 e demonstra a confiança dos acionistas no Plano Estratégico 2020 e no desempenho dos negócios. Ao longo dos últimos 06 (seis) anos a parceria estratégica entre Tribanco e IFC resultou, dentre outras coisas, na colaboração entre áreas de inovação, estratégia e sustentabilidade.

Gestão de pessoas

Para acompanhar a expansão e novos modelos de negócios foi crucial investir na automatização dos processos da área de pessoal. Uma das ações foi a adoção da figura do consultor de RH - ou 'business partner', atendendo primeiramente às empresas controladas e, na sequência, a área comercial do banco. Esse papel permitiu maior entendimento da realidade das áreas de negócio da empresa e resultou em maior velocidade na elaboração e execução de estratégias de pessoas que, por sua vez, deem vazão às estratégias de negócios.

Houve grande foco na reorganização do time, reforçando as áreas de especialidade, deixando os consultores na linha de frente e focando em sistemas que permitissem automatizar mais os processos da área, possibilitando uma experiência muito mais digital aos colaboradores e gestores da empresa, melhorando processos, reduzindo a burocracia. O Tribanco se estrutura para ser uma empresa de experiência digital em toda a jornada do colaborador, desde seu "preboarding" e durante toda sua atuação. A área de recrutamento e seleção passa a ser chamada de "Aquisição de Talentos" e atua dando suporte aos colaboradores desde sua seleção, permitindo que eles se aculturem, identifiquem contatos e orientadores e atinjam o ápice de sua performance o mais rápido possível.

Foram desenvolvidas ainda as "academias": uma de liderança e uma comercial, com conteúdos virtuais e presenciais e de colaboração "peer to peer" para o desenvolvimento dos colaboradores. Foi iniciado ainda um plano de continuidade, em que as lideranças da empresa foram chamadas a olhar os talentos existentes na organização, identificando nelas potenciais sucessores e criando para eles um plano de desenvolvimento, assegurando a continuidade do negócio.

Outra ação importante foi o lançamento da campanha "Movimento 2020", uma campanha de engajamento que visa a fazer com que os colaboradores compreendam a fundo qual a missão estratégica da empresa e identifiquem no cotidiano de suas condutas ações que estejam ligadas à essa missão.

Triseg

A exemplo dos demais negócios, a Triseg teve um semestre de resultados bastante positivos. Houve crescimento nas vendas do portfólio de ofertas para o cliente pessoa jurídica, tanto na comercialização realizada em balcão (alta de 194% na comparação com o mesmo período do ano passado) quanto nos produtos simplificados, e que são negociados em um modelo digital.

A carteira de clientes cresceu 65,5% e mais de 90% das operações de crédito estão hoje cobertas pelo seguro prestamista - o que representa mais proteção tanto para o cliente quanto para o banco. A adesão ao seguro para os cartões da Tricard teve um crescimento de quase 100% (também em comparação com o mesmo período do ano anterior) e foram pagos no primeiro semestre mais de R\$ 25 milhões em prêmios.

A Triseg seguiu trabalhando em seus clientes empresariais a cultura da necessidade de proteção, imprescindível à perenidade dos negócios, oferecendo soluções simplificadas de proteção, de fácil entendimento e contratação e aptas a atenderem empresas com diferentes perfis econômicos, aliando a venda simplificada a condições significativamente mais atraentes do que as oferecidas pelo mercado.

Uma inovação foi a utilização de canais digitais para estimular a contratação de seguro para os cartões Tricard (Smart Message), que conseguiu neste semestre uma conversão de 7%, número considerado positivo pelo mercado. Outra entrega significativa foi o portal de vendas, uma plataforma 100% digital que reúne tudo que o comercial precisa para ofertar os principais produtos de seguros.

Também nesse semestre a Triseg iniciou a construção de seu portfólio de produtos para a pessoa física, começando com um seguro Residencial Fácil, um produto de adesão completamente digital e simplificada e extremamente competitivo.

Outro destaque é o "Troco do Bem", um título de capitalização desenhado para a Rede Smart. Trata-se de uma solução para o problema de troco das lojas que combina uma ação social e uma possibilidade de premiação para os clientes. Nas compras realizadas na Rede Smart, o cliente pode optar por arredondar o valor de sua compra em até R\$ 9,99. Metade do valor do troco é doado para a AACD, e a outra metade custeia a operação do sorteio. O doador concorre no mês seguinte, a um valor de 5.025 vezes o valor doado.

Vale destacar ainda a criação de um App em realidade aumentada, criado para facilitar e tornar mais atraente o processo de capacitação do comercial.

Tricard

A Tricard fechou o 1º semestre de 2018 com faturamento de R\$ 1,3 bilhão. O Cartão Empresarial se manteve em forte ritmo de crescimento e neste primeiro semestre faturou 294% mais na comparação com o mesmo período do ano passado.

São elementos que contribuíram com esse desempenho a implantação de uma plataforma de apoio, direcionamento e atendimento a clientes, chamada "Sugar", que já resultou em um aumento de 12% no número de lojas ativas na comparação com o último semestre.

O semestre é marcado ainda pela implantação do rebranding da Tricard, com novos design e cores e a inclusão da bandeira "Tricard Mais", e ainda pelos investimentos em mobilidade e na construção de uma plataforma de relacionamento com os clientes em que cada varejista poderá montar seu programa. A primeira delas será o "Clube Smart", com navegação gratuita nos pontos de compra e acesso a ofertas exclusivas e ao cartão Smart, com lançamento previsto para agosto.

A Tricard encerra o semestre com 55 totens de auto atendimento implantados, 12 mil lojistas operando com a Tricard e 848 mil usuários ativos do cartão.

Outra novidade é a implantação do Cartão Super Empresarial voltado para clientes que compram nos atacarejos - um mercado que movimenta R\$ 130 bilhões de reais por ano.

Adquirência

O primeiro semestre de 2018 foi um período de grande evolução no desenvolvimento da adquirência própria do Tribanco, dando continuidade ao trabalho de ampliação em escala nacional do processo de credenciamento de estabelecimentos comerciais (como farmácias, postos de gasolina e restaurantes).

O Tribanco também deixa a fase piloto e entra na fase de habilitação desses estabelecimentos para a aceitação das bandeiras Elo e Alelo. Mas a principal conquista deste primeiro semestre para a adquirência do Tribanco é a conclusão do MVP (minimum viable product) para aceitação das principais bandeiras de cartão do país, Visa e Mastercard, que já está em testes de produção em uma série de estabelecimentos e cujo lançamento será concretizado nacionalmente no segundo semestre.

Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Banco considera a gestão de riscos assunto estratégico e um dos valores fundamentais para tomada de decisão. O processo de gestão de riscos corporativos de mercado, de liquidez, de crédito, operacional e socioambiental conta com a participação de todas as estruturas hierárquicas, ou linhas de defesa, para fortalecer o processo de identificação, classificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos.

A gestão consolidada de riscos é realizada de forma segregada das unidades de negócios e as políticas sobre riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo que suas diretrizes são conduzidas pelo Comitê de Finanças e Riscos, composto por diretores executivos e conselheiros designados.

As informações relativas ao Gerenciamento de Riscos e ao Gerenciamento de Capital são divulgadas pelo Banco em seu site "Conheça o Tribanco - Gerenciamento de Riscos" no endereço de acesso público: <http://www.tribanco.com.br>.

Risco de Crédito

São feitos monitoramentos permanentes das posições de crédito sobre fatos internos e externos que possam afetar a capacidade de pagamento dos clientes do banco. O acompanhamento do perfil de risco de crédito no que se refere à evolução das exposições, monitoramento de eventuais perdas relacionadas e renegociação dessas operações é efetuado regularmente, com envolvimento direto

das áreas comerciais e acompanhamento da alta administração. São feitas análises diárias sobre o cumprimento dos limites de crédito internos aprovados, as linhas de crédito assumidas e os índices de inadimplência com as providências de recuperação.

Risco de Mercado

O gerenciamento e controle do risco de mercado é efetuado diariamente através do monitoramento dos níveis de exposição frente aos limites estabelecidos, utilizando instrumentos como o VaR (Value at Risk), Stress Testing e análises de sensibilidade. Nas análises de risco são processadas todas as informações obtidas dos sistemas legados, e através delas são feitos os cálculos que serão utilizados em relatórios de controle e acompanhamento. Durante o primeiro semestre de 2018 não foram verificadas volatilidades que provocassem oscilação relevante no VAR para as posições existentes e mantidas pelo Banco. O "EVE" (Economic Value of Equity), modelo utilizado para o monitoramento da "carteira bancária", ficou estável durante todo o período analisado, apresentando leve oscilação de acordo com o movimento da carteira.

Risco de Liquidez

As práticas de gestão do risco de liquidez do Banco são discutidas mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO e, diariamente, são preparados relatórios com informações sobre o comportamento do caixa no horizonte de seis meses, do caixa mínimo estabelecido, indicadores de concentração de vencimentos e contrapartes, a fim de mitigar o risco de rompimento dos limites operacionais estabelecidos. O nível de liquidez manteve-se dentro dos níveis e limites estabelecidos, adequado inclusive quando dos testes de estresse realizados.

Risco Operacional

O risco operacional é objeto de gerenciamento principalmente através dos controles internos existentes e frequentemente revisados e que, assim, possibilitam proteger o Banco em seus interesses, de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. O processo de gerenciamento do risco operacional envolve toda a instituição com a disseminação de cultura orientada ao reconhecimento e controle dos riscos sob a gestão direta de suas áreas, de acordo com a estratégia de negócios estabelecida e divulgada.

Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental é orientado por matriz de risco dos clientes com exposição de crédito ou de obrigações junto ao Banco, que considera os fatores socioambientais aos quais o cliente está inserido, seu objeto social e atividades correlatas. As análises sobre as informações prestadas pelos clientes e as obtidas junto a órgãos governamentais fazem parte do processo para emissão de recomendação interna para suas decisões e procuram preservar a instituição em possível risco à sua reputação.

Gerenciamento de Capital

O Conselho de Administração é o principal órgão no gerenciamento de Capital do Banco Triângulo, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização da empresa. Em cumprimento a regulamentação do Banco Central prevista na Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco tem adotado uma política de gerenciamento de Capital constituída de princípios e procedimentos. A instituição aplica processo contínuo de monitoramento e controle, visando a assegurar adequação de capital, de forma tempestiva, alinhada às melhores práticas e compatíveis com os riscos incorridos, de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

Ouvidoria

A Ouvidoria encontra-se regularmente constituída de acordo com a Resolução nº 4.433 do Conselho Monetário Nacional e presta atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tenham sido solucionadas nos canais de atendimento primário. A Ouvidoria funciona como um canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, especialmente na mediação de conflitos, atuando também nas demandas de seus clientes encaminhadas à instituição pelo Banco Central do Brasil e órgãos públicos e privados de proteção e defesa do consumidor. Dentre as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Tribanco destacam-se o atendimento, registro, instrução, análise, tratamento e resposta às demandas dos clientes dentro dos prazos legais, além da prestação de esclarecimentos acerca do andamento de suas respectivas demandas. A Ouvidoria do Tribanco informa regularmente à Diretoria da instituição, ao Comitê de Auditoria e Compliance e ao Conselho de Administração a respeito das atividades por ela desenvolvidas, tendo apresentado no 1º semestre de 2018 resultados satisfatórios na sua atuação e contribuído ativamente com o aperfeiçoamento de processos, produtos e serviços oferecidos pela instituição.

Avaliação Externa



Era digital

O primeiro semestre de 2018 foi um período em que o Tribanco concretizou a reestruturação das áreas e negócios, ficando pronto para expandir suas operações seguindo o planejamento estratégico realizado para 2020. O Tribanco deixa de ser um banco analógico digitalizado e se torna um banco digital, em que toda a jornada do cliente poderá ser feita digitalmente. Foi um semestre de avaliação de processos, aprendizado e melhorias que permitiram que o banco ficasse pronto para essa nova etapa de crescimento.

A instituição ampliou tanto o perfil de clientes a serem atendidos quanto o número de produtos e soluções a serem oferecidos. Para isso, investiu fortemente nas áreas de prevenção de fraude, riscos, concessão de crédito e tecnologia e chega ao fim deste semestre com todas as plataformas digitais operacionais prontas para receber tanto os clientes pessoa jurídica quanto pessoa física.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 30 de Junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	2018	2017
Circulante	1.995.424	1.722.476
Disponibilidades (nota 4)	238	286
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	629.865	429.187
Aplicações no mercado aberto (nota 4)	572.545	355.998
Aplicações em depósitos interfinanceiros	57.320	73.189
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 6)	41.057	88.311
Carteira própria	15.423	75.064
Vinculados à prestação de garantias	25.634	13.247
Relações interfinanceiras	36.690	77.383
Pagamentos e recebimentos a liquidar	4.047	7.133
Créditos vinculados - depósitos no Bacen	17.652	62.109
Correspondentes	17.652	8.141
Operações de crédito	853.823	804.849
Operações de crédito (nota 7)	971.741	912.004
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7 e 8)	(117.918)	(107.155)
Outros créditos (nota 9)	376.305	279.398
Negociação e Intermediação de Valores	1	-
Diversos	380.804	283.137
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7, 8 e 9)	(4.500)	(3.739)
Outros valores e bens (nota 10)	57.446	43.062
Bens não de uso próprio	62.166	45.002
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(7.828)	(3.606)
Despesas antecipadas	3.108	1.666
Não circulante	522.984	395.808
Realizável a longo prazo	62.704	1.034
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 6)	55.788	1.034
Carteira própria	55.788	1.034
Vinculados à prestação de garantias	6.916	-
Operações de crédito	368.956	306.657
Operações de crédito (nota 7)	386.447	320.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7 e 8)	(17.491)	(14.202)
Outros créditos (nota 9)	91.324	88.117
Diversos	91.468	88.536
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7, 8 e 9)	(144)	(419)
Permanente	376.556	149.012
Investimentos	319.310	107.178
Participações em controladas - no País (nota 11)	319.069	106.938
Outros investimentos	241	240
Imobilizado de uso (nota 12)	14.509	14.639
Imóveis de uso	5.539	5.539
Outras imobilizações de uso	29.573	25.605
Depreciações acumuladas	(20.603)	(16.505)
Ativos intangíveis (nota 13)	42.737	27.195
Outros ativos intangíveis	84.085	63.488
Amortizações acumuladas	(41.348)	(36.293)
Total do ativo	2.894.964	2.267.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	2018	2017
Circulante	1.145.905	867.436
Depósitos (nota 14 a)	447.755	328.323
Depósitos à vista	219.571	172.488
Depósitos a prazo	197.747	135.465
Outros depósitos	30.437	20.370
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 14 b)	280.760	181.171
Obrigações por emissão de Letras de Crédito Imobiliários	115.145	109.907
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	165.615	71.264
Relações interfinanceiras	32.146	33.397
Recebimentos e pagamentos a liquidar	32.077	33.360
Correspondentes no país	69	37
Relações interdependências	7.181	8.728
Recursos em trânsito de terceiros	7.181	8.728
Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais (nota 14 c)	59.970	68.437
BNDES	52.630	50.541
FINAME	7.340	17.896
Outras obrigações (nota 15)	318.093	247.380
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.269	1.158
Sociais e estatutárias (nota 15 a)	1.387	2.862
Fiscais e previdenciárias (nota 15 b)	18.086	20.961
Negociação e intermediação de valores (nota 15 c)	74	-
Diversas (nota 15 d)	297.277	222.399
Não circulante	1.305.802	935.943
Exigível a longo prazo	924.946	634.443
Depósitos (nota 14 a)	88.790	42.200
Depósitos interfinanceiros	88.790	42.200
Depósitos a prazo	836.156	592.243
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 14 b)	249.503	173.422
Obrigações por emissão de Letras de Crédito Imobiliários	-	20.408
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	249.503	153.014
Obrigações por repasses no País - instituições oficiais (nota 14 c)	82.694	63.642
BNDES	71.580	54.619
FINAME	11.114	9.023
Outras obrigações (nota 15)	48.659	64.436
Sociais e estatutárias (nota 15 a)	2.542	1.362
Fiscais e previdenciárias (nota 15 b)	20.549	-
Diversas (nota 15 d)	25.568	63.074
Resultados de exercícios futuros	1.354	49
Resultado de exercícios futuros	1.354	49
Patrimônio líquido (nota 18)	441.903	463.868
Capital social	285.293	285.293
De domiciliados no País	285.293	250.200
De domiciliados no Exterior	-	35.093
Reservas de capital	3.590	3.590
Reservas de lucros	141.929	153.885
Ajustes de avaliação patrimonial	2.352	(2)
Lucros acumulados	8.739	21.102
Total do passivo	2.894.964	2.267.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em 30 de Junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
			Legal	Expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	285.293	3.590	34.806	150.878	-	-	-	440.825
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	4	-	-	4
CANCELAMENTO DE AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	-	(33.736)	-	33.736	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	38.738	-	38.738
Destinações:								
Reserva legal	-	-	1.937	-	-	(1.937)	-	-
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,0621649 por ação	-	-	-	-	-	(15.699)	-	(15.699)
Saldos em 30 de junho de 2017	285.293	3.590	36.743	117.142	(2)	21.102	-	463.868
Saldos em 31 de dezembro de 2017	285.293	3.590	38.470	155.339	(4)	-	-	482.692
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	2.356	-	-	2.356
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(53.136)	-	-	-	(53.136)
Recuperação de ações	-	-	-	-	-	25.125	-	25.125
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações:								
Reserva legal	-	-	1.256	-	-	(1.256)	-	-
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,0673229 por ação	-	-	-	-	-	(15.130)	-	(15.130)
Saldos em 30 de junho de 2018	285.293	3.590	39.726	102.203	2.352	8.739	-	441.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Triângulo S.A. ("Banco"), com sede na cidade de Uberlândia - MG, à Avenida Cesário Alvim, 2.209 é uma sociedade privada que opera na forma de banco múltiplo através de suas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que operam sob o mesmo controle (Grupo Martins).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Essas demonstrações estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Triângulo S.A. em 21 de agosto de 2018.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- Pronunciamento conceitual básico (R1). Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16.
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

3. Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:

a. Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados, basicamente, por disponibilidades e aplicações de curto prazo de alta liquidez que são prontamente convertíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do semestre.
- (ii) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste ao valor de mercado - TVM", líquidos dos correspondentes efeitos tributários.
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, em contrapartida ao resultado do semestre. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balanços mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis, por meio de modelos de precificação que trazadam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de hedge de fluxo de caixa classificamos os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa estimado da instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquido dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação, exceto nos casos em que há a inclusão de um bem imóvel, possibilitando assim, um upgrade de nível de rating. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outros, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

g. Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ajustados pelo valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

h. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos quando aplicável, da respectiva provisão para perdas.

i. Imobilizado

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e devam ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de impostos sobre a compra e os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil-econômica do ativo, ou seja, o período de tempo definido ou estimado tecnicamente durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros.

j. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de vigência das licenças de uso que correspondem a sua vida útil.

k. Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

l. Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

m. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 8.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pela Carta-Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes:

- (i) Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- (ii) Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- (iii) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

n. Provisão para garantias financeiras prestadas

Constituída com base no modelo de perda esperada, em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. A partir de 1º de janeiro de 2017, passou a ser reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução nº 4.512/16, do CMN.

o. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20%. Ressalta-se que sobre os ativos e passivos temporários previstos para serem realizados a partir de 2019 - conforme estabelecido na Lei nº 13.169/2015 - os créditos tributários referentes à Contribuição Social foram constituídos à alíquota de 15% (quinze pontos percentuais). A partir de setembro a alíquota utilizada foi de 20% do lucro antes do imposto de renda. São constituídos créditos tributários, às taxas vigentes à época dos balanços, de imposto de renda e contribuição social sobre os saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo destes tributos. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31.12.2018), conforme Lei nº 13.169/15.

p. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a prov

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Operações de crédito

As informações da carteira, em 30 de junho de 2018 e 2017, estão assim apresentadas:

a. Composição da carteira por modalidade de operação

	2018	2017
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	801.588	727.903
Cartões de crédito	202.492	166.695
Compro	79.204	96.495
Títulos descontados	82.251	95.151
FINAME/BNDES	142.818	133.844
Adiantamentos a depositantes	1.789	1.144
Financiamentos à exportação	18.951	8.856
Demais direitos creditórios	27.565	2.053
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.530	692
Outros empréstimos	-	30
Subtotal - operações de crédito	1.358.188	1.232.863
Cartões de crédito - Compras a faturar (i)	330.550	235.669
Outros créditos (i)	1.971	1.164
Total	1.690.709	1.469.696
Operações de crédito - circulante	971.741	912.004
Outros créditos - circulante (conforme nota 9)	331.733	236.293
Operações de crédito - não circulante	386.447	320.859
Outros créditos - não circulante (conforme nota 9)	788	540

c. Composição da carteira por setor de atividade

	2018	2017
Comércio	1.129.790	923.944
Pessoa física	446.614	402.364
Papel e celulose	22.165	21.588
Serviços privados	20.192	40.470
Químico e petroquímico	17.523	14.181
Alimentos e bebida	13.206	29.809
Eletroeletrônicos	5.834	7.346
Automotivo	3.578	3.659
Construção e imobiliário	3.324	900
Agropecuário	2.486	-
Transportes	1.793	2.541
Financeiro	1.060	-
Siderurgia e metalurgia	672	2.543
Madeira e móveis	-	378
Máquinas e equipamentos	-	238
Outros	22.482	19.735
Total	1.690.709	1.469.696

d. Composição da carteira por nível de risco

Em 30 de junho de 2018 e de 2017, a composição da carteira por nível de risco está representada por:

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira n° 2.682/99	Provisão - resolução (ii)	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	58.751	-	58.751	-	103	58.854
A	De 0,50 a 0,99	1.188.115	-	1.188.115	5.940	448	6.388
B	De 1,00 a 2,99	101.170	14.082	115.252	1.152	451	6.603
C	De 3,00 a 9,99	127.436	15.927	143.363	4.301	1.915	6.216
D	De 10,00 a 29,99	11.912	16.662	28.574	2.857	7	2.864
E	De 30,00 a 49,99	7.499	13.477	20.976	6.293	-	6.293
F	De 50,00 a 69,99	3.581	17.116	20.697	10.349	-	10.349
G	De 70,00 a 99,99	12.064	17.081	29.145	20.401	-	20.401
H	100,00	17.422	68.414	85.836	85.836	-	85.836
Total		1.527.950	162.759	1.690.709	137.129	2.924	140.053

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira n° 2.682/99	Provisão - resolução (ii)	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	44.859	-	44.859	-	-	-
A	De 0,50 a 0,99	1.048.590	118	1.048.708	5.244	5.569	10.813
B	De 1,00 a 2,99	90.217	10.986	101.203	1.013	291	1.304
C	De 3,00 a 9,99	101.575	13.782	115.357	3.460	741	4.201
D	De 10,00 a 29,99	12.441	14.441	26.882	2.688	-	2.688
E	De 30,00 a 49,99	4.463	11.895	16.358	4.909	-	4.909
F	De 50,00 a 69,99	4.766	12.220	16.986	8.493	-	8.493
G	De 70,00 a 99,99	7.874	12.911	20.785	14.549	-	14.549
H	100,00	15.452	63.106	78.558	78.558	-	78.558
Total		1.330.237	139.459	1.469.696	118.914	6.601	125.515

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira n° 2.682/99	Provisão - resolução (ii)	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	267.733	-	267.733	1.339	2.539	3.878
A	De 0,50 a 0,99	10.866	10.350	21.216	212	15	227
B	De 1,00 a 2,99	3.364	12.318	15.682	470	19	489
C	De 3,00 a 9,99	9.692	14.994	24.686	741	108	849
D	De 10,00 a 29,99	880	15.167	16.047	1.605	1	1.606
E	De 30,00 a 49,99	264	12.736	13.000	3.900	-	3.900
F	De 50,00 a 69,99	249	14.459	14.708	7.354	-	7.354
G	De 70,00 a 99,99	157	13.969	14.126	9.888	-	9.888
H	100,00	2.254	58.261	60.515	60.515	-	60.515
Total		389.783	143.259	533.042	86.102	196	86.298

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira n° 2.682/99	Provisão - resolução (ii)	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	57.451	-	57.451	-	96	96
A	De 0,50 a 0,99	830.661	-	830.661	4.153	415	4.568
B	De 1,00 a 2,99	83.637	409	84.046	840	404	1.244
C	De 3,00 a 9,99	117.744	933	118.677	3.560	1.807	5.367
D	De 10,00 a 29,99	11.032	1.495	12.527	1.252	6	1.258
E	De 30,00 a 49,99	7.235	741	7.976	2.393	-	2.393
F	De 50,00 a 69,99	3.332	2.657	5.989	2.995	-	2.995
G	De 70,00 a 99,99	11.907	3.112	15.019	10.513	-	10.513
H	100,00	15.168	10.153	25.321	25.321	-	25.321
Total		1.138.167	19.500	1.157.667	51.027	2.728	53.755

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira n° 2.682/99	Provisão - resolução (ii)	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	84.859	-	84.859	-	-	-
A	De 0,50 a 0,99	780.857	118	780.975	3.905	3.030	6.935
B	De 1,00 a 2,99	79.211	1.464	80.675	801	276	1.077
C	De 3,00 a 9,99	98.351	12.318	110.669	2.990	722	3.712
D	De 10,00 a 29,99	11.668	1.192	12.860	1.286	-	1.286
E	De 30,00 a 49,99	4.186	1.271	5.457	1.638	-	1.638
F	De 50,00 a 69,99	4.505	924	5.429	2.715	-	2.715
G	De 70,00 a 99,99	7.647	1.974	9.621	6.734	-	6.734
H	100,00	13.210	15.259	28.469	28.469	-	28.469
Total		1.044.494	22.838	1.067.332	48.538	4.028	52.566

(i) A classificação das operações em curso anormal não contempla o total das parcelas vencidas até 14 dias dos contratos.
(ii) Refere-se à provisão adicional, ao mínimo exigido pela Resolução n° 2.682/99, para refletir o percentual obtido pelo critério de provisionamento para devedores de operações de crédito. Esse critério é baseado em sistema de crédito, que leva em consideração o score da operação, estruturado mediante avaliação da carteira de crédito, aliada a estudo de diversas variáveis e levantamento de probabilidades, em conformidade às normas previstas na referida Resolução, de acordo com as faixas de provisão mencionadas.

e. Concentração dos principais devedores de operações de crédito

	2018	2017
Principal devedor	23.337	21.517
10 maiores devedores	104.845	103.033
20 maiores devedores	109.648	127.832
50 maiores devedores	162.989	152.843
100 maiores devedores	166.985	133.385
500 maiores devedores	259.253	181.725
Demais clientes	863.652	749.361
Total	1.690.709	1.469.696

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
Operações de crédito e outros créditos:		
Saldo no início do semestre	129.899	119.899
Constituição de provisão	84.837	68.296
Efeito no resultado	84.837	68.296
Saldo de créditos para prejuízo	(74.683)	(62.680)
Saldo no final do semestre	140.053	125.515
Circulante - Operações de crédito	117.918	107.155
Circulante - Outros créditos	4.500	3.739
Não circulante - Operações de crédito	17.491	14.202
Não circulante - Outros créditos	144	419

No semestre findo em 30 de junho de 2018, houve recuperação de créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 8.461 (R\$ 8.115 em 2017).
No semestre findo em 30 de junho de 2018, houve operações renegociadas no montante de R\$24.934.

b. Composição da provisão para devedores duvidosos por produto

	2018	2017
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	49.028	46.058
Cartões de crédito	82.200	69.566
Compro	1.964	3.841
Títulos descontados	865	592
FINAME/BNDES	982	1.054
Adiantamentos a depositantes	238	188
Financiamentos à exportação	95	44
Demais direitos creditórios	29	10
Financiamentos rurais e agroindustriais	8	4
Cartões de crédito - Compras a faturar	4.105	3.386
Outros créditos	1.971	772
Total	140.053	125.515

9. Outros créditos

	2018	2017
Cartões de crédito (a)	330.550	235.669
Créditos tributários (nota 17 a)	76.571	75.058
Devedores diversos - País (b)	29.538	28.577
Devedores por compra de bens e aquisições de crédito (d)	1.971	1.164
Devedores por depósitos em garantia (c)	14.110	13.482
Impostos e contribuições a compensar	12.055	13.467
Adiantamentos salariais	2.462	2.518
Adiantamentos de pagamentos por nossa conta	687	994
Valores a receber sociedades ligadas	2.531	732
Valores a receber concessionárias	1.798	12
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.644)	(4.158)
Total	467.629	367.515
Circulante	376.305	279.398
Não circulante	91.324	88.117

(a) Referem-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram (Demonstrado como componente da carteira de crédito, conforme nota 7 a).
(b) Referem-se, substancialmente, a créditos junto a bancos correspondentes e lojistas recebíveis em D+1.
(c) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no montante de R\$ 6.593 (R\$6.382 em 2017), depósitos de Interposição de Recursos Trabalhistas no montante de R\$ 3.489 (R\$ 4.572 em 2017), e outros depósitos referentes a FGTS, INSS e a caução processual civil no montante de R\$ 3.516 (R\$ 2.389 em 2017).
(d) Referem-se, a operações de vendas a prazo de bens não de uso retomados junto a clientes inadimplentes. (Demonstrado como componente da carteira de crédito, conforme nota explicativa nº 7 a).

10. Outros valores e bens

a. Bens Não de Uso Próprio

	2018	2017
Imóveis	53.319	35.650
Veículos	34	46
Bens em regime especial	8.813	9.306
Provisão para desvalorização	(7.828)	(3.606)
Total	54.338	41.396

b. Despesas antecipadas

Referem-se basicamente a despesas de seguros e despesas financeiras pagas antecipadamente e amortizados linearmente em função dos períodos contratuais no montante de R\$ 3.108 (R\$ 1.666 em 2017).

11. Participações em controladas - no país

Referem-se às participações das controladas Triângulo Participações e Serviços Ltda. - TPS, Triângulo Corretora de Seguros S.A., Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda. e Tripag Meios de Pagamentos Ltda.

As principais informações sobre as controladas estão sumarizadas, como segue:

	Triângulo Participações e Serviços Ltda.	Triângulo Corretora de Seguros S.A.	Tricard Serviços de Crédito Ltda.	Tripag Meios de Pagamentos Ltda.	2018	2017
Dados da controlada						
Capital social	15.000	15.000	3.000	3.000	130.519	32.501
Patrimônio líquido	26.508	24.324	22.824	18.005	172.524	64.609
Lucro líquido do Semestre	1.123	1.041	2.324	2.029	4.653	4.627
Situação dos investimentos						
Participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Saldos no início do Semestre	25.385	24.258	20.500	15.976	69.853	59.982
Integralização	-	-	-	-	99.115	100

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido

a. Capital social
Em 30 de junho de 2018, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 285.293, constituído por 224.737.712 (252.537.712 em 2017) ações nominativas ordinárias, sem valor nominal).
Em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de maio de 2018 foi aprovada a recompra por 27.800.000 (vinte e sete milhões e oitocentas mil) ações ordinárias nominativas detidas pelo acionista International Finance Corporation, de emissão do Tribanco, pelo valor patrimonial de R\$ 1.911367112 por ação, totalizando assim a quantia de R\$ 53.136.
Em Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2017 foram canceladas as 25.462.288 ações que totalizavam a quantia de R\$ 33.736, sem redução do valor do capital social.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio
Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pelo Banco.
De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, o Banco calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 15.130 (R\$ 15.699 em 2017), pagos mensalmente, os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do período e estão sendo apresentados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

c. Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva estatutária
A Reserva Estatutária foi criada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. O saldo é limitado ao montante do capital social.
O estatuto social do Banco prevê a constituição dessa reserva do lucro líquido por proposta da Diretoria.

e. Ajustes de Avaliação Patrimonial
Os Ajustes de Avaliação Patrimonial referem-se, substancialmente à parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos (conforme nota 6).

Natureza de relacionamento	Valores a receber	Captações	Outras obrigações	Despesa de captação		
				Outras receitas	Outras despesas	2017
Relacionada	11.314	-	-	(665)	-	-
	11.314	-	-	(665)	-	-
Relacionada	56.048	-	(3.224)	-	-	-
	56.048	-	(3.224)	-	-	-
Relacionada	4.561	-	(242)	-	-	-
Relacionada	2.103	-	(293)	-	-	-
Relacionada	66.814	188	(6.421)	27	(61)	-
Relacionada	5.902	-	(349)	-	-	-
Relacionada	3.313	-	(512)	-	-	-
Relacionada	24.333	-	(1.905)	-	-	-
Relacionada	65	4.183	-	(367)	389	-
Controlada	-	24.040	-	(1.429)	-	-
Controlada	603	55.209	4.021	(2.995)	3.484	6
Controlada	59	18.779	-	(1.010)	480	-
Relacionada	-	1.853	-	(12)	-	-
Relacionada	-	38.801	-	(2.604)	-	-
	732	249.891	4.209	(18.139)	4.380	(55)
Relacionada	67.109	-	(3.473)	-	-	-
	67.109	-	(3.473)	-	-	-
	732	384.362	4.209	(25.501)	4.380	(55)

19. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução 3.750/09 do CMN e foram efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazo de vencimento e taxas de remuneração pactuadas e são as seguintes:

Natureza de relacionamento	Valores a receber	Captações	Outras obrigações	Despesa de captação	Outras receitas/despesas	
					2018	2017
Relacionada	3.688	-	(100)	-	-	-
	3.688	-	(100)	-	-	-
Relacionada	121.348	-	(2.331)	-	-	-
	121.348	-	(2.331)	-	-	-
Relacionada	5.509	-	(214)	-	-	-
Relacionada	1.869	-	(51)	-	-	-
Relacionada	89	4.910	101	(1.012)	47	(284)
Relacionada	1.562	-	(111)	-	-	-
Relacionada	7.438	-	(249)	-	-	-
Relacionada	42.423	-	(1.395)	-	-	-
Relacionada	134	2.452	-	(120)	1.286	-
Controlada	25.345	-	(838)	-	-	-
Controlada	1.732	152.342	4.819	(4.329)	5.274	(20)
Controlada	96	22.697	-	(727)	522	-
Controlada	480	97.747	-	(387)	480	-
Relacionada	24.070	-	(750)	-	-	-
	2.531	388.364	4.920	(10.183)	7.609	(304)
Relacionada	47.917	-	(1.581)	-	-	-
	47.917	-	(1.581)	-	-	-
	2.531	561.317	4.920	(14.195)	7.609	(304)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Juscelino Fernandes Martins - Presidente
 José Antônio Rossi Salles - Conselheiro
 Ricardo Jabor Canizio - Conselheiro
 Francisco Mesquita Neto - Conselheiro
 João Ayres Rabello Filho - Conselheiro
 Marcos Mاتيoli de Souza Vieira - Conselheiro

DIRETORIA

Edson Georges Nassar - Presidente
 Luiz Henrique das Neves - Diretor
 Carlos Eduardo Magni - Diretor
 Roberto César Durscki - Diretor
 José Mario Garcia Cury - Diretor
 Marco Túlio da Silva - Diretor
 Janderson de Miranda Facchin - Diretor

CONTADOR

Eurides Nunes da Silva Júnior
 CRC - ISP 258595/O-5 "S" MG

COMITÊ DE PESSOAS, GESTÃO E GOVERNANÇA

Francisco Mesquita Neto - Coordenador
 Juscelino Fernandes Martins
 Edson Georges Nassar
 Pauliran Gomes e Silva
 Walter Fontana Filho

COMITÊ DE ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Ricardo Jabor Canizio - Coordenador
 Juscelino Fernandes Martins
 João Ayres Rabello Filho
 Edson Georges Nassar
 Roberto Cesar Durscki

COMITÊ DE FINANÇAS E RISCOS

Marcos Mاتيoli de Souza Vieira - Coordenador
 Paulo Augusto de Andrade
 Ricardo Batista da Silva
 José Antônio Rossi Salles
 Rubens Batista Júnior
 Edson Georges Nassar
 João Ayres Rabello Filho

COMITÊ DE AUDITORIA E COMPLIANCE

Paulo Augusto de Andrade - Coordenador
 Valentin Antônio Zordan
 José Antônio Rossi Salles
 Marcos Mاتيoli de Souza Vieira*

* Em aprovação junto ao Banco Central do Brasil

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Primeiro Semestre/2018
 O Comitê de Auditoria, na forma do seu regimento interno, tem como competência zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras, pela eficiência e confiabilidade do Sistema de Controles Internos, da Ouvidoria, pela atuação, com independência e qualidade, das auditorias interna e externa, bem como pela apreciação da conformidade das operações e negócios da instituição com os dispositivos legais, os regulamentos e as políticas da sociedade. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da administração, das fontes acima citadas e nas próprias análises, observações e reuniões realizadas.

Atividades Exercidas no Período
 O Comitê de Auditoria realizou, no primeiro semestre de 2018, 06 (seis) reuniões ordinárias, contando com a participação da Diretoria, Compliance e Controles Internos, Auditoria Interna, Auditoria Externa, Jurídico, Gestores de Riscos e demais áreas do Banco. Além disso, foi efetuada reunião conjunta com o Comitê de Finanças e Riscos em 10/05/2018. Nos meses de julho e agosto de 2018 outras duas reuniões foram realizadas para avaliação final das demonstrações financeiras de 30/06/2018 e de outros assuntos. Todas as reuniões, exceto a conjunta, constavam no seu programa de trabalho para o período, que foi integralmente cumprido. Importante mencionar que o Coordenador do Comitê de auditoria participa efetivamente de todas as reuniões do Conselho de Administração, mantendo-se informado, diuturnamente, sobre as decisões estratégicas da Organização.

Sistemas de controles internos e de Gerenciamento de Riscos
 A Administração do Banco Triângulo manteve o processo de atualização e aprimoramento das suas políticas institucionais, com revisão dos seus processos de trabalho, dando solidez ao seu modelo de governança corporativa, com ênfase no aperfeiçoamento do processo de gerenciamento de

capital e dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e socioambiental, além da prevenção à Lavagem de Dinheiro, buscando aperfeiçoá-los e adequá-los à Gestão Integrada de Riscos, na forma da Resolução nº 4.557/17, do Conselho Monetário Nacional.

O Comitê de Auditoria avalia com efetividade a atividade de compliance, de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco Triângulo S.A., com o engajamento do conselho de administração, da diretoria e de toda a equipe, no sentido de mantê-la compatível com o seu porte e características operacionais.

Auditoria Interna
 O Comitê de Auditoria discutiu e aprovou o programa de trabalho, recebeu todos os relatórios dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna e avalia positivamente a sua abrangência, qualidade e o nível de independência da área.

Nos trabalhos realizados pela Auditoria Interna não foram apontadas falhas relevantes no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a continuidade dos negócios Banco.

Auditoria Externa
 A KPMG é a empresa responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras do Banco Triângulo, devendo certificar que elas representem de forma adequada, em todos os seus aspectos relevantes, a sua situação patrimonial e financeira, de acordo com as normas contábeis vigentes. O Comitê reuniu-se com os auditores externos para conhecimento dos seus processos de trabalho e principais conclusões sobre os trabalhos realizados e análise do respectivo Parecer, emitido sem qualquer modificação. O Comitê julgou que os trabalhos desenvolvidos foram adequados e compatíveis, não tendo sido evidenciados fatos relevantes que pudessem comprometer a independência da empresa responsável e/ou de seus prepostos.

Demonstrações Financeiras
 O Comitê de Auditoria analisou os aspectos que envolvem o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Relatórios Financeiros e Relatório da Administração com data-base de 30.06.2018, tendo, ainda, realizado reuniões conjuntas com os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os Auditores Externos, para informações e esclarecimentos adicionais.

Além disso, foram analisadas as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, tendo verificado que as mesmas encontram-se alinhadas à legislação e regulamentações vigentes, retratando, com fidelidade, a situação econômica e financeira da instituição.

Conclusão
 O Comitê de Auditoria não recebeu, neste primeiro semestre de 2018, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração do Banco que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a sua continuidade ou a fidelidade de suas demonstrações financeiras.

Com base nestas considerações e nas conclusões da auditoria externa, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do Banco Triângulo S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

Uberlândia, 21 de agosto de 2018
 Paulo Augusto de Andrade - Coordenador
 José Antônio Rossi Salles
 Valentin Antônio Zordan

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos acionistas do Banco Triângulo S.A.
 Uberlândia - MG

Introdução
 Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Triângulo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Triângulo S.A. ("Banco") em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governação pelas demonstrações financeiras
 A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governação do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da identificação e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

Availamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.

Availamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governação a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2018



KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
 Contador CRC 1SP153569/O-0